



AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA FREIRIANA COMO METODOLOGIA PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Giovana Smolski Driemeier

Doutoranda no Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e bolsista DS/CAPES.
giovana.driemeier@estudante.uffs.edu.br

Sandra Vidal Nogueira

Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
sandra.nogueira@uffs.edu.br

1. Introdução

O processo de formulação de políticas públicas no Brasil, tem sido historicamente marcada por ações que são muitas vezes distantes das reais necessidades da população, e que também frequentemente advém no sentido de responder aos interesses de algumas camadas sociais e políticas. Essas ações comprometem a eficácia das ações estatais e a construção de um projeto de desenvolvimento social equitativo e sustentável. Nesse cenário, o pensamento de Paulo Freire (2015; 2018), que preconiza a centralidade do diálogo, da criticidade, da participação e da valorização do saber popular, advém como sendo uma proposta epistemológica e metodológica para repensar o planejamento e a execução das políticas públicas.

Além disso, o autor (Freire, 2018) atrela a sua pedagogia emancipatória, a ideia de libertação da opressão, onde afirma que os seres humanos se libertam em conjunto, coletivamente. Entende-se que esse ato de libertação se baseia na escuta mútua e na construção horizontal de saberes, e pode ser transposto para o campo das políticas públicas, principalmente no que tange a contextos de exclusão social e desigualdades.

Partindo da justificativa e função social deste escrito que se traduzem na premissa de que os princípios freirianos, tais como a conscientização, o dialógico e o protagonismo popular, contribuem para a construção de um modelo de desenvolvimento mais democrático e inclusivo, o presente escrito tem como objetivo realizar uma articulação entre os fundamentos da teoria de Paulo Freire como uma metodologia para a construção de políticas públicas com fins de desenvolvimento social.

2. Metodologia

No intuito de atender o objetivo proposto, empreendeu-se uma metodologia qualitativa,



do tipo descritiva, usando-se como técnica de coleta de dados o bibliográfico e documental. Por fim, os dados advindos foram analisados a partir de uma articulação entre a teoria de Paulo Freire e as Políticas Públicas.

3. Resultados e discussão

Os Princípios da teoria de Paulo Freire

Em sua obra mais difundida, “A pedagogia do Oprimido”, Paulo Freire (2018), aborda a opressão como um conceito central, que abarca as relações de poder estabelecidas entre aquelas pessoas que exploram e controlam e aquelas que são subjugadas e desumanizadas. Nesse âmbito, a opressão é entendida como sendo um fenômeno de múltiplas facetas, abarcando a ordem social, econômica, política e cultural, no qual é travada uma dinâmica de dominação entre o opressor e o oprimido, que influi demasiadamente a forma como as pessoas entendem a si mesmas e o mundo em que vivem. A opressão pode se manifestar de múltiplas formas, desde a exploração econômica, passando pela discriminação racial ou de gênero, até a imposição de normas culturais que impedem a manifestação da humanidade dos oprimidos.

A opressão tem como um objetivo central, conservar a dominação de forma que se favoreça o opressor na mesma medida que desumaniza o oprimido (Freire, 2018). Uma das características mais marcantes desse funcionamento é a negação, tanto da autonomia quanto da capacidade crítica dos oprimidos (Freire, 2018). Para tanto, o sistema opressor realiza o controle do saber, da educação, da cultura e também dos valores, de maneira a impedir que os oprimidos possam tomar consciência dessa relação, se rebelarem e lutarem pela sua liberdade. Logo, entende-se que se forma um ciclo com autorreprodução contínua, no qual o opressor consegue conservar o oprimido na condição de alienação de sua condição e de subordinação.

A proposta do autor para tratar essa problemática, não é a de uma troca de lugares entre opressores e oprimidos e sim a constituição de uma nova sociedade, na qual a opressão fosse erradicada e então todos pudessem fazer usufruto da liberdade e da dignidade. Para isso, é preciso que ocorra um processo contínuo de conscientização, organização política e de ações coletivas, nas quais os oprimidos possam ser protagonistas de sua própria experiência de vida. Nesse sentido, Freire (2018) atribui a educação o papel de transformar a realidade de forma radical, melhorando-a e permitindo que as pessoas sejam reconhecidas, não mais como objetos, mas sim como sendo sujeitos e atores de sua história. Trata-se de tornar a realidade e as relações nela sucedidas, mais humanas.



Para que isso possa acontecer, é preciso que a educação se transforme em uma educação emancipatória, a qual extrapola o simples ato de transmitir conhecimento, ela é um processo de diálogo entre o professor e o educando, onde ambos ocupam papéis ativos para construir o conhecimento e caminhar para uma transformação social. A partir do estabelecimento do diálogo e da problematização da realidade, os oprimidos passam a se apropriar de sua condição de sujeitos ativos, capazes de transformar o mundo, deixando de lado o lugar de objetos passivos (Freire, 2018). A essa nova modalidade, Freire (2015) deu o nome de Educação Popular. Trata-se de desafiar os educandos a refletirem sobre o mundo e a problematizarem as situações em que vivem, o que engloba questionar as injustiças sociais e identificar formas de superação. Ocorre então a formação de um pensamento crítico acerca da sua realidade e questionamentos sobre as causas da opressão que enfrenta. Portanto, para que uma democracia real possa ser vivenciada no Brasil, é preciso que se constitua a participação ativa e consciente dos cidadãos (Freire, 2015). A democracia então, pode ser um espaço de criação, inovação e transformação, sustentada pelo diálogo e pela produção coletiva.

Desenvolvimento e Políticas Públicas: Caminhos para a Inclusão

Para Amartya Sen (2000), o desenvolvimento pode ser concebido como a ampliação das liberdades individuais e colado à justiça social. Nesse âmbito, o desenvolvimento diz respeito a um estado onde as pessoas possam ser agentes e escolher a forma como querem viver. Nesse contexto, Estado ocupa um papel crucial como assegurador de políticas públicas para o desenvolvimento das capacidades humanas. Recentemente, Rotta, Lago e Rossini (2017, p.498-499) propuseram uma definição

Entende-se o desenvolvimento como um fenômeno multidimensional, que implica um processo de transformações da estrutura produtiva, das relações sociais, das instituições, da organização política, das bases culturais e da própria relação dos seres humanos com a natureza. O desenvolvimento é um fenômeno que acontece na dinâmica das relações sociais, como um processo social localizado, que conjuga crescimento econômico e melhoria das condições de vida da população como um todo, não sendo fruto do “espontaneísmo” ou apenas da ação de forças externas, mas produto das relações tensas e contraditórias que se estabelecem no interior das sociedades e na relação destas com as demais. Como tal é objeto dos jogos de forças, dos conflitos de classes, dos interesses dos diferentes grupos, das políticas públicas, dos governos e dos organismos nacionais e internacionais.

Pode-se, nesse sentido, dizer que o desenvolvimento não se trata apenas de um fim em si mesmo, mas sim de um meio para promover dignidade, cidadania e bem-estar coletivo. E que estes, são um meio para atingir o desenvolvimento, logo, influenciam-se dialeticamente.

Nesse contexto, as políticas públicas advêm elementos institucionais essenciais para traduzir os princípios democráticos em ações palpáveis que promovam o bem-estar, a justiça



social e a participação cidadã, garantindo o gozo dos direitos garantidos por lei, por parte dos cidadãos. Sendo assim, Moreira Neto (2008, p.124), entende políticas públicas como “[...] um complexo de processos juspolíticos, destinado à efetivação dos direitos fundamentais”, o que equivale a dizer que são as medidas tomadas pelo governo no intuito de proteger os direitos das pessoas, ajudar ou prestar serviços. Isso posto, é como se as políticas públicas ofertassem um lugar tangível, um espaço, para cada cidadão, dentro do sistema.

Assim, se as políticas públicas forem construídas com a participação cidadã, elas tendem a fortalecer a democracia. Considerando a perspectiva freiriana, essa participação deve ultrapassar a simples consulta ou adesão, adquirindo, para além disso, um caráter dialógico, onde os sujeitos coletivos possam influenciar de fato o ciclo das políticas, em todas as suas etapas.

A Educação Popular na Construção de Políticas Públicas

Considerando a pedagogia freiriana, que deu luz a educação popular, têm-se o princípio de que todos os sujeitos portam saberes e experiências importantes, os quais precisam ser reconhecidos e considerados, sendo então, que o conhecimento, não pode ser monopolizado apenas por alguns, sejam estes especialistas ou instituições. Ao se admitir os saberes populares no processo de produção de políticas públicas, ocorre um rompimento com a lógica vertical e autoritária operante e dominante do método atual e se cria uma nova maneira, horizontal, de fazer.

A moção de Freire (2015), para a educação, se estabelece a partir das categorias do diálogo e da escuta sensível, as quais podem ser naturalmente transpostas para o campo da gestão pública participativa, gerando uma construção coletiva do conhecimento. Essa ideia, trilha caminhos para uma nova metodologia para a formulação de políticas públicas, a qual se dá em conjunto com as pessoas, ou seja, “com o povo”, em detrimento do modelo atual, que é “para o povo”.

No entanto, esse projeto, requer uma alteração paradigmática da maneira como o Estado vem se relacionando com os cidadãos. Deve-se ultrapassar a relação em que os sujeitos são passivos e recebem as políticas públicas prontas, muitas vezes que nem respondem realmente às reais necessidades, e atingir um ponto onde os indivíduos e as comunidades possam ocupar o lugar de coprodutores de soluções. Inclusive, essa práxis, bem-sucedida já pode ser identificada em fóruns comunitários, conferências populares e conselhos gestores.

Ainda, os círculos de cultura, propostos por Freire (2015) para os projetos de



alfabetização, também podem servir de inspiração para práticas deliberativas horizontais, onde a palavra de cada um, tem um lugar de importância, sendo compartilhada e valorizada como instrumento para a construção coletiva da realidade. O recurso em questão implica diretamente na maneira de realizar diagnósticos, definir prioridades e planejar as intervenções públicas nos mais distintos territórios.

4. Considerações finais

A partir do estudo desenvolvido, pode-se concluir que a educação popular extrapola o espaço escolar, atuando como uma prática política e metodologia capaz de influenciar os processos de formulação e de gestão das políticas públicas, ao propor uma ética pública de fato democrática que orienta a transformação das estruturas sociais. Incorporar os princípios freirianos nas políticas públicas, representa um desafio ao modelo dominante, porém também se posta como uma oportunidade de reinvenção da ação estatal como um instrumento de libertação e promoção da dignidade humana. Por fim, políticas públicas fundamentadas nessa lógica não apenas democratizam a gestão, mas também promovem o empoderamento político das comunidades.

Referências

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 65 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Quatro paradigmas do Direito Administrativo pós-moderno**: legitimidade, finalidade, eficiência, resultados. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

ROTTA, Edemar; LAGO, Ivann Carlos; ROSSINI, Neusa. Disputa pelo fundo público municipal: as políticas sociais na trajetória de duas décadas no Noroeste do Rio Grande do Sul. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 495-510, ago./dez. 2017. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/27554/16427>. Acesso em: 05 nov. 2023.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Agradecimento a CAPES pelo financiamento de uma bolsa de estudos do tipo DS/CAPES